



Marielle Franco, Beatriz Nascimento, Presentes! Legados de mulheres negras pensadoras brasileiras

Leandra Domingues Silvério¹

RESUMO

As mulheres negras pensadoras brasileiras Marielle Francisco da Silva e Maria Beatriz Nascimento, respectivamente conhecidas como Marielle Franco e Beatriz Nascimento, são temas deste artigo, cujo o intuito é refletir sobre a importância delas como intelectuais e sobre suas experiências sociais *na* e *da* luta contra o racismo, misoginia, sexismo, LGBTfobia, desigualdades sociais e em prol dos direitos humanos e das pessoas moradoras das favelas. Há também o intuito de pensar sobre os seus legados geracionais para a sociedade, política, cultura, memória, história e historiografia das mulheres negras. Para tanto, são analisadas, entre outras, fontes jornalísticas, documentários, além de bibliografia atualizada.

Palavras-chave: Mulheres negras; Intelectualidades negras; Lutas e resistências.

ABSTRACT: The Brazilian thinkers black women Marielle Francisco da Silva and Maria Beatriz Nascimento, respectively known as Marielle Franco and Beatriz Nascimento, are themes of this article, whose aim is to reflect on their importance as intellectuals and on their social experiences in and of the fight against racism, misogyny, sexism, LGBTphobia, social inequalities and in favor of human rights and people living in the favelas. There is also the intention to think about their generational legacies for society, politics, culture, memory, history and historiography of black women. For this purpose, journalistic sources, documentaries, and updated bibliography are analyzed, among others.

Keywords: Black women; Black intellectuals; Struggles and resistences.

¹ Doutorado e Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

RESUMEN: Las mujeres negras pensadoras brasileñas Marielle Francisco da Silva y Maria Beatriz Nascimento, conocidas respectivamente como Marielle Franco y Beatriz Nascimento, son los temas de este artículo, cuyo objetivo es reflexionar sobre su importancia como intelectuales y sobre sus experiencias sociales en y de la lucha contra racismo, misoginia, sexismo, fobia LGBT, desigualdades sociales ya favor de los derechos humanos y de las personas que viven en las favelas. También existe la intención de reflexionar sobre sus legados generacionales para la sociedad, la política, la cultura, la memoria, la historia y la historiografía de la mujer negra. Para ello, se analizan fuentes periodísticas, documentales y bibliografía actualizada, entre otros.

Palabras-clave: Mujeres negras; Intelectuales negras; Luchas y resistencias.

Considerações iniciais

Eu quero estar pronta até o fim da minha vida, enquanto existir o racismo eu quero lutar contra o racismo, eu me propus a isso com os meus 25 anos, agora, com 45 anos estou cada vez mais querendo lutar contra o racismo, onde tiver o racismo, eu te digo assim, eu sinto o racismo pelo cheiro (Beatriz Nascimento, fala no Encontro do Movimento Negro, Rio de Janeiro, em 1987).

Não serei interrompida, não aturo interrompimento dos vereadores dessa casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita (Marielle Franco, em pronunciamento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 2018).

As mulheres negras brasileiras Marielle Francisco da Silva e Maria Beatriz Nascimento, respectivamente conhecidas como Marielle Franco e Beatriz Nascimento, são tema deste artigo². O intuito é refletir sobre a importância e os legados de ambas as pensadoras para a sociedade, política, cultura, história, historiografia e memórias geracionais das lutas das mulheres negras contra o racismo, misoginia, machismo, sexismo, LGBTfobia, desigualdades sociais e em prol dos direitos humanos, das pessoas moradoras das favelas.

A metodologia da pesquisa considerou diferentes fontes, entre outros jornais e documentários, bem como se referenciou em bibliografia atualizada. Do levantamento de fontes jornalísticas com o assunto Marielle Franco e Beatriz Nascimento foram

² Este artigo envolve parte de pesquisas articuladas no projeto “Estudos de Educação, Gênero, Campo, Cidade e Movimentos Sociais”, vinculado ao Laboratório de Estudos de História Agrária, Afro-brasileira e Movimentos Sociais (Lehams) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), ambos coordenados pela autora deste artigo e registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFTM.

selecionadas as seguintes: Canônico (2018); Carneiro (2018a); Carneiro (2018b); Cruz, Maria (2018); Filho (2018); Folha de São Paulo (1996); Franco (2018b); Gramado (1995) e Pimentel (2016). Dos documentários são fontes de análise: *Orí* (1989), direção de Raquel Gerber, *O Negro da Senzala ao Soul* (1977), produção do departamento de jornalismo da TV Cultura, e *Sementes: mulheres pretas no poder* (2020), direção de Éthel Oliveira e Júlia Mariano. A bibliografia priorizou a interdisciplinaridade com autores/as de diferentes áreas do conhecimento que tratam de temas da ancestralidade e história africana, história e movimento social do povo negro, das mulheres negras e da população LGBTQIA+, feminismos negros, empoderamento, interseccionalidade entre raça, gênero, sexualidade e classe, segurança pública, entre outros.

A vida e a obra de Beatriz Nascimento e Marielle Franco estão unidas em muitas dimensões e são atravessadas por pautas de *existência, resistência e de violência fatal* em comum, por isso a motivação em pensar as aproximações entre elas, sobretudo observando seus legados.

Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju-SE, em 12 de julho de 1942 (a data no registro é 17 de julho), mãe Rubina Pereira do Nascimento, trabalhadora de casa, pai Francisco Xavier do Nascimento, pedreiro, dez irmãos, uma filha, Bethania Nascimento Freitas Gomes. Foi casada e divorciada. Quando tinha sete anos de idade, sua família toda, em busca de melhores condições de vida, migrou para Cordovil, no Rio de Janeiro-RJ (RATTS, 2006).

Marielle Franco nasceu em 27 de julho de 1979, na favela do Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, mãe Marinete da Silva, advogada, pai Antônio Francisco da Silva Neto, trabalhou no comércio, construção civil, motorista, já aposentado, uma irmã, Anielle Franco, e uma filha, Luyara Santos. Foi casada com Eduardo Alves, que é o pai da sua filha e de quem se separou. Teve um relacionamento conjugal com Mônica Tereza Benício. Sobre a origem de seus familiares, conforme explica Marielle Franco (2018b), seus antepassados eram do Nordeste do país e descendentes dos quilombolas da Baía da Traição e Alagoa Grande-PB, que migraram para o Rio de Janeiro, tendo seu avô paterno sido um dos primeiros moradores da Maré.

Dentre os marcadores sociais em comum dessas duas mulheres está a intelectualidade. Tiveram formação em escolas e universidades públicas e/ou privadas. No caso de Beatriz Nascimento, entre 1968 a 1971, cursou, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a graduação em História e também fez estágio no Arquivo Nacional. Tornou-se

professora da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Em 1974, contribuiu na criação do grupo de estudo *André Rebouças*, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Bastante atuante, Beatriz Nascimento “manteve vínculos com movimentos negros (com o Movimento Negro Unificado, por exemplo), mas teve igualmente enteveros, afastamentos políticos” (RATTS, 2006, p. 27). Em 1981, fez especialização em História do Brasil, na UFF, tendo produzido a pesquisa *Sistemas Alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas*, considerada nível de mestrado. Portanto, atuou como historiadora, professora, pesquisadora, poetisa, ensaísta, roteirista e narradora de filme-documentário, militante dos direitos, das culturas e das histórias da mulher negra e do homem negro no Brasil (RATTS, 2006).

Antes de entrar para a universidade, Marielle Franco trabalhou com os pais no camelô, deixando a função de vendedora ambulante para atuar como educadora infantil na Creche Albano Rosa, na Maré (PIMENTEL, 2016; CANÔNICO, 2018). No ano de 1998, ingressou na primeira turma do Curso Pré-Vestibular Comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), nesse mesmo ano, engravidou da sua única filha e saiu do curso por um tempo. Da geração do *Bonde das Intelectuais da Favela* (FRANCO, 2014), nos bailes funk foi dançarina, Garota Furacão 2000. Um marco na vida de Marielle, segundo depoimento do seu pai, foi o fato de ela ter perdido uma aluna vítima de bala perdida, o que a teria feito se empenhar mais na militância contra a violência dentro das favelas (FILHO, 2018).

De acordo com Marielle Franco (2016), desde o ano 2000, ela começou a realizar diversos trabalhos nas instituições da Maré com temáticas da favela, trabalho, cultura e educação. Em 2002, ingressou no curso de Ciências Sociais, com bolsa de estudo integral do Programa Universidade Para Todos (ProUni), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Em 2012, com bolsa de estudo Capes, entrou no mestrado em Administração Pública, na UFF, que foi concluído em 2014 com a dissertação intitulada *UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*, publicada em 2018 no formato de livro.

No que se refere à trajetória política, Marielle Franco, filiada no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no ano 2006, integrou a equipe da campanha que elegeu o deputado estadual do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo. Com a vitória da eleição, Marielle Franco assumiu a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, atuando no auxílio jurídico e psicológico das famílias de vítimas de homicídios, tanto das civis quanto das militares, bem como na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das milícias. Em 2016, com 46.502 votos foi eleita vereadora do Rio de Janeiro para a legislatura 2017-2020, tendo sido a quinta com maior votação, pautando a tríade *raça, gênero e cidade*, no efetivo debate da favela, gênero, raça, negritude, ancestralidade, afetividade e assertividade das mulheres negras da favela (FRANCO, 2016).

Portanto, para o intuito desse artigo, entendo que a intelectualidade e a militância social e política são experiências sociais que aproximam Beatriz Nascimento e Marielle Franco, assim como também os fins dos seus corpos físicos nesse mundo, pois foram assassinadas por homens. Esses crimes são expressão, dentre outras possibilidades, sem dúvida, do racismo e da misoginia estruturais executados por homens que não suportaram o ativismo significativo dessas duas mulheres que moviam as estruturas do sistema. Os seus assassinos tentaram calar as suas vozes, mas não obtiveram êxito, pois, de muitas formas e variados conteúdos, os pensamentos dessas duas mulheres negras continuam impactando muitas pessoas que compartilham das mesmas concepções sobre justiça social, democracia e liberdade.

De gerações diferentes, mas com causas e lutas sociais em comum, Beatriz Nascimento e Marielle Franco são representativas do legado de muitas outras e diferentes mulheres negras. Marielle Franco já dizia “nossos passos vêm de longe”, repetindo a frase eternizada pela feminista negra Jurema Werneck. O que nos leva a pensar em mulheres negras, líderes de movimentos de resistência, contra diferentes formas de opressão desde a época da escravização do povo negro no Brasil como, por exemplo, com as sujeitas Aco-tirene, Dandara, Aqualtume, Anastácia, Thereza de Benguela, Luiza Mahín, até as lutas do período republicano, com Antonieta de Barros, Theodosina Rosário Ribeiro, Benedita da Silva, Jurema da Silva Batista, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Thereza Santos, Luiza Bairros, Neuza Santos Souza, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, entre outras tantas importantes mulheres. Portanto, a história desse país se faz nos processos de disputas, embates, confrontos, conflitos, conquistas, pensamentos e práticas dessas mulheres negras, que aqui são acionadas a partir do diálogo com Beatriz Nascimento e Marielle Franco, para afirmar que são muitos os seus legados e os avanços que possibilitaram para a sociedade no que tange à intelectualidade, educação, ciência, tecnologia, literatura, psicologia, cultura,

arte, política, epistemologias feministas, organização e movimentos sociais, entre outros, que influenciaram as pautas de muitas lutas e resistências.

Porém, o que se constata ainda é a tentativa de silenciamento dessas histórias. O estudo, a pesquisa, a democratização do conhecimento sobre as mulheres negras periféricas se fazem necessários e urgentes contra o racismo e toda e qualquer forma de discriminação, preconceitos, opressão e violência. É importante o conhecimento de seus pensamentos em diferentes áreas, em especial a da educação, quer dizer, urge a inserção dessas histórias e memórias nos currículos de cursos de formação inicial e continuada de professores/as.

Vida e legado de Beatriz Nascimento e Marielle Franco

Em 1995, aos 52 anos de idade, Beatriz Nascimento era professora de história na Escola Estadual Roma, no bairro Copacabana, e fazia mestrado em Comunicação Social, na UFRJ. No dia 28 de janeiro daquele ano, estava em um bar no bairro Botafogo, no Rio de Janeiro, e foi ali assassinada com cinco tiros disparados por Antônio Jorge Amorim Vianna, vulgo “Danone”, de 35 anos de idade. Conforme noticiado na época, após o crime o assassino fugiu para Cabo Frio, mas no dia 07 de fevereiro de 1995, ao retornar para o Rio de Janeiro, foi preso sem reagir por três policiais da 10ª Delegacia de Polícia de Botafogo, após a polícia receber denúncia de que ele estaria no Bar Garota do Flamengo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, à espera de sua namorada, Áurea Gurgel da Silveira (TORRES, 1995).

Conforme Torres (1995), aos policiais, o assassino alegou que atirou em Nascimento porque ela o teria ofendido e humilhado perante seus amigos no Bar Pasteur na noite do crime e que tinha atirado por *descontrole emocional* porque havia consumido bebida alcoólica e remédios para dores estomacais. Na alegação, o assassino reportou que Beatriz Nascimento estaria aconselhando sua namorada a deixá-lo e que também o teria chamado de presidiário na frente dos seus amigos. Danone era um preso albergado³.

Dessa forma, evidencia-se o machismo na prática de subjugação, dominação e

³ Condenado que fica em casa de albergado destinada ao cumprimento da pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana, conforme o Art. 93 da lei de execução penal nº 7.210 de 11 de julho de 1984.

extermínio da mulher que, para o assassino, era um incômodo. Na estrutura do patriarcalismo não se admite que uma mulher, por exemplo, como Beatriz Nascimento, fale, ou mesmo, no seu extremo, viva, assim como em uma estrutura e sociedade racistas também não. Os fatos de ser negra, ser mulher, são marcadores de raça e gênero passíveis de violência psicológica, moral, física, homicídio e feminicídio.

No dia 19 de abril de 1996, Antônio Jorge Amorim Vianna, que já estava condenado a 11 anos e 6 meses por estupro, tentativa de homicídio e porte de drogas, foi sentenciado a 17 anos de prisão pelo assassinato de Beatriz Nascimento. No mesmo julgamento, Áurea Gurgel da Silveira também foi acusada pelo júri de prestar falso testemunho e passou a responder processo por ter acusado Nascimento de fazer orgias e aliciamento de menores (FOLHA DE SÃO PAULO, 1996). Supostamente, Áurea era amiga de Nascimento, e essa, no dia em que foi assassinada, se colocou em defesa dela contra as agressões de Danone, fato que seria recorrente e de conhecimento de Beatriz Nascimento, que não admitia agressões a mulheres e lutava pelos seus direitos e pelo fim da violência doméstica.

Nos noticiários pesquisados não foi possível identificar maiores detalhes sobre as características, por exemplo, socioeconômicas e raciais do assassino de Beatriz Nascimento ou mesmo de Áurea Gurgel da Silveira. Entretanto, encontra-se em Torres (1995) que o assassino trabalhava como mergulhador profissional e pescador, bem como não tinha dificuldades financeiras, segundo informado pelo próprio assassino.

Em casos como o de Beatriz Nascimento e o de Marielle Franco, é notório as vítimas sofrerem ataques de diferentes frentes contra a sua honra, desqualificações diversas, a prática de desmoralização pública, passando por ajuizamentos, de vítima a ré. Constata-se o implacável julgamento do corpo e do comportamento da mulher que não se enquadra no lugar supostamente destinado a ela pelo racismo, cisheteropatriarcado⁴ e sexismo, não se tratando somente de um julgamento subjetivo, pois ele está entranhado nas estruturas do sistema.

Ao que indicam as fontes jornalísticas pesquisadas, o assassinato de Beatriz Nascimento não teve grande projeção nacional e/ou internacional, para além daqueles espaços políticos e sociais do Movimento Negro, que se indignou e levantou-se pela justiça para Beatriz. De acordo com reportagens da época, em seu velório aproximadamente 300

⁴Sistema patriarcado que impõe a supremacia, normatividade, da identidade cisgênero e a heterossexualidade masculina.

pessoas compareceram e lamentaram sua morte.

Conforme foi anunciado por Gramado (1995), Ivanir dos Santos, secretário-executivo do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), afirmou que a motivação do assassinato de Beatriz poderia ter sido o *racismo*, já que, de acordo com os dados estatísticos do Ceap, no período de um ano antes do crime, haviam sido assassinadas cinco lideranças do Movimento Negro no Rio de Janeiro. Ivanir dos Santos concluiu: "O problema é que ele [assassino] não aceitou a ingerência de uma pessoa negra no relacionamento [conjugal]" (GRAMADO, 1995, s/p).

Gramado (1995) publicizou que, para Isabel Nascimento, irmã de Beatriz, o crime estaria relacionado com a impunidade imperante no Brasil. Nessa reportagem foram destacadas: a intelectualidade de Beatriz Nascimento, como especialista na "história dos quilombos", e uma mulher "feminista", "[...] Segundo seu orientador, o professor Muniz Sodré, ela [Beatriz Nascimento] pretendia relacionar a história das mulheres negras aos quilombos" (GRAMADO, 1995, s/p).

Sobre os assassinatos das lideranças negras anteriores ao de Beatriz Nascimento não foi possível encontrar, nesta pesquisa, outras referências. Contudo, há décadas, são notórias as violências e as execuções da população negra no Brasil, já que os índices estatísticos, ou seja, somente aqueles que chegam ao conhecimento dos poderes públicos, são alarmantes e uma tragédia civilizatória. Se consideramos a existência de subnotificações dos casos desses homicídios, os números da violência podem ser bem maiores.

Na década de 1990, ocorreram chacinas de grande impacto no Rio de Janeiro. No dia 23 de julho de 1993, oito jovens em situação de rua foram executados próximo à igreja da Candelária, tendo o fato ficado conhecido como a chacina da Candelária. No dia 29 de agosto de 1993, houve a chacina na favela de Vigário Geral, na zona norte do Rio de Janeiro, quando homens encapuzados invadiram o território e executaram vinte e um moradores, sem antecedentes criminais, com endereço fixo, profissão e que perderam suas vidas por motivo de vingança de policiais que tiveram colegas assassinados pelos traficantes de drogas (CRUZ, Eliana, 2018).

Sobre a violência no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em agosto de 2020, divulgou o *Atlas da Violência 2020*, baseado no Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde. No relatório confirma-se a estatística do alto índice de homicídios da população negra. Por exemplo, em uma década, entre 2008 e 2018,

os casos de homicídios das pessoas brancas sofreram queda de 12,9% e das pessoas negras aumentaram em 11,5% (IPEA, 2020, p. 47). E, quando a respectiva pesquisa do Ipea faz o recorte de *gênero e raça*, conclui-se que a taxa de homicídios de mulheres não-negras sofreu queda para 11,7% e a das mulheres negras subiu para 12,4% (IPEA, 2020, p. 37).

No que tange aos casos de homicídios, de violência contra a mulher e das possíveis subnotificações desses casos, chamam a atenção conjunturas com alto potencial de agravamento disso, como, por exemplo, a realidade da pandemia da Covid-19, pois a necessidade de permanência em casa para conter o aumento da curva de contágio do coronavírus pode significar maior convivência das mulheres com seus agressores (marido, namorado e/ou ex-parceiro). Nesse sentido, o *Monitor da Violência*⁵, em 16 de setembro de 2020, publicou diversas reportagens no jornal G1 com resultados do levantamento dos homicídios de mulheres, no primeiro semestre de 2020. No caso, observa-se a invisibilidade da *mulher negra* nas estatísticas, que se baseiam nos boletins de ocorrência registrados pela polícia, já que o dado cor/raça da vítima é em geral omitido pelas Secretarias de Segurança Pública na coleta de informações dos assassinatos e de outras situações de violência contra a mulher, só constando em menos de 50% dos casos registrados, embora haja um campo específico para tal no formulário a ser preenchido do boletim de ocorrência (SOBRAL; MARTINS, 2020).

Em relação ao mesmo período, isto é, o primeiro semestre de 2020, os feminicídios registrados passaram de 622 para 631, com aumento, portanto, de 1,4%; e homicídios de mulheres, de 1.848 para 1.890, crescimento de 2,3%. O feminicídio, desde 2015, como resultado das lutas e pressões sociopolíticas, ganhou força na Lei nº 13.104/2015, passando a ser considerado como circunstância qualificadora de homicídio e incluído no rol de crimes hediondos (BRASIL, 2015).

Outra questão importante é que, no primeiro semestre de 2020, apesar de o levantamento de dados indicar que houve a diminuição dos casos registrados de violência contra a mulher em que se exige a presença dela nas polícias civis, Sobral e Martins (2020) problematizam esses dados e apontam para a probabilidade de a redução de seus registros estar relacionada com o processo da pandemia da Covid-19, isto é, com a dificuldade de acesso das vítimas aos órgãos de segurança pública e da falta de política pública destinada à

⁵ Segundo o Portal de Notícias G1, o Monitor da Violência é uma parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

proteção da mulher negra, por exemplo. Pois, historicamente, o índice de violência contra a mulher negra não tem redução.

Sobre esse fato é possível constatar que, por exemplo, no ano 2018, quando da execução de Marielle Franco, “[...] 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto entre as mulheres não negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro” (IPEA, 2020, p. 37).

Com relação à pauta da violência, vinte e três anos distanciam fatos das vidas de Marielle Franco e de Beatriz Nascimento. Conforme amplamente noticiado na imprensa nacional e internacional, no dia 14 de março de 2018, na Rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, na região central do Rio de Janeiro, aos 38 anos de idade, Marielle Franco foi executada com quatro tiros na cabeça dentro do seu carro, dirigido pelo seu motorista Anderson Pedro Matias Gomes, que também foi atingido, indo a óbito. No carro metralhado no total por 13 tiros, salvou-se apenas a assessora de Marielle Franco, Fernanda Gonçalves Chavez. A arma do delito foi uma submetralhadora HK MP5 de fabricação alemã Heckler & Koch (HK), de uso restrito no Brasil e comumente portadas por Tropa de Elite (DOLZAN, 2018). Sobre fatos que envolvem esse tipo de arma, vale lembrar que em “1992, oito submetralhadoras HK foram usadas pela PM [Polícia Militar] na chacina de 111 presos do [Presídio] Carandiru” (STRUCK, 2018, s/p).

Os assassinos de Marielle Franco e Anderson Gomes fugiram da cena do crime, mas, diferentemente do ocorrido quando do assassinato de Beatriz Nascimento, a partir daquele dia começou um processo longo de não respostas por parte da polícia e do judiciário brasileiro na prisão e condenação dos criminosos. Assim, iniciou-se por parte da sociedade civil democrata em todo o mundo a luta, resistência e exigência de resposta, deflagrando-se as campanhas *Quem matou Marielle?* e *Por Justiça Para Marielle e Anderson*.

Diferentemente do caso de Beatriz Nascimento, o caso de Marielle ganhou visibilidade mundial. Nesse sentido, é importante entender o processo que possibilitou e possibilita essa visibilidade como advindo das pautas de lutas e resistências históricas, em especial das mulheres negras. Lutas essas com desdobramentos potentes para a transformação da realidade que tenta silenciar e/ou apagar fatos e evidências do racismo estrutural, das violências e dos homicídios da população negra.

O velório de Marielle Franco, que teve o caixão lacrado, foi acompanhado por

milhares de pessoas que tomaram escadarias e ruas do local, com cobertura especial da imprensa nacional e internacional. O poder da comunicação midiática alternativa foi significativo e as inúmeras redes sociais dentro e fora da internet, sobretudo do campo da esquerda e em defesa de Marielle e Anderson, militaram e ainda militam pela justiça. Assim sendo, o lema *Não vão calar a voz de uma mulher preta* ecoou expressivamente, ganhando mais força política.

Em meio às homenagens e legado de Marielle Franco, sua família criou, em 2019, o *Instituto Marielle Franco*⁶ para inspirar e potencializar os seus pensamentos e suas diversas pautas de luta. Conforme se lê no site do Instituto: “é uma organização sem fins lucrativos, criada pela família de Marielle, com a missão de inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário”.

Dessa forma, inúmeros atos e homenagens a Marielle foram e são realizados por todo o mundo e noticiados pela imprensa nacional e internacional. Dentre essas homenagens, por exemplo, em setembro de 2019 foi inaugurado o jardim suspenso Marielle Franco em Paris, localizado junto à Gare de l’Est (G1, 2019, s/p).

Apesar de todo o clamor social por justiça, apenas no dia 12 de março de 2019, os veículos de comunicação de massa noticiaram uma operação da Polícia Civil fluminense, do Grupo de Ações Especiais e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e do Ministério Público (MP) para as prisões de Ronnie Lessa, policial militar reformado e ex-integrante do Bope, de 49 anos de idade, e de Elcio Vieira de Queiroz, expulso da Polícia Militar, de 46 anos de idade, ambos denunciados pelo MP pelos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes. Os denunciados são homens brancos, da classe média alta e negam envolvimento no crime. Segundo o delegado do caso, as investigações chegaram aos presos por causa de uma denúncia anônima que informou também que a execução teria sido encomendada por R\$ 200.000,00. Ainda, para o MP, Ronnie Lessa e Elcio Vieira de Queiroz possuem ligações com supostas organizações milicianas, compostas por policiais militares da ativa (ASSESSORIA DE IMPRENSA DO PJERJ, 2019). Porém, essas prisões, até o momento da escrita deste artigo, não revelaram todo o crime e por isso a campanha de parte da sociedade foi reatualizada para *Quem mandou matar Marielle e por quê?*, ou seja, parte da sociedade exige

⁶Informações das atividades do Instituto podem ser encontradas em: <https://www.institutomarielle-franco.org/>.

que o poder judiciário revele quem são as pessoas mandantes, qual foi a motivação do crime e que esse não seja mais um caso de impunidade.

Como reação à execução de Marielle Franco, houve o fortalecimento de discussões, debates, ações de diversos movimentos sociais em prol, por exemplo, de políticas públicas no combate ao *feminicídio*. Em diferentes regiões do país tomaram ainda mais visibilidade as discussões e iniciativas contra a misoginia, o racismo estrutural, a LGBTfobia, já que Marielle era assumidamente bissexual (FRANCO, 2018b) e lutadora pelos direitos, entre outros, da população LGBTQIA+.

As disputas de narrativas e os projetos culturais, políticos e sociais por parte das mulheres negras, da população LGBTQIA+, das pessoas moradoras das favelas fortaleceram-se, ao contrário do que almejavam os assassinos de Marielle Franco. Nessa perspectiva, vale observar como as candidaturas de mulheres pretas cresceram vertiginosamente após o crime.

Em setembro de 2020 foi lançado o documentário *Sementes: Mulheres Pretas no Poder*, com direção de Éthel Oliveira e Júlia Mariano, que analisou e acompanhou o cotidiano de muitas mulheres negras candidatas e eleitas como vereadoras e deputadas estaduais do Rio de Janeiro, nas eleições de 2018. Afirmando ser esse fato um dos maiores levantes políticos no país tendo o *protagonismo de mulheres pretas* diversas, no que seria uma resposta de parte da sociedade à execução de Marielle Franco, o documentário traz, entre outros, dados importantes, como o de que 4.398 *mulheres negras* se candidataram para cargos legislativos em 2018, o que representa um aumento de 93% em relação à eleição anterior.

Esse aumento de candidaturas é emblemático na projeção de novas mentes e corpos na cena política institucional, indicando possibilidades de mudanças que pautam raça, gênero e classe, a partir do olhar de um outro jeito de se fazer política em que importam a *assertividade* e também a escuta sensível, o cuidado.

Na escrita dessa versão da História do Brasil, a educação é forte aliada no reconhecimento e valorização dos lugares das mulheres negras na construção desse país. Se no sistema vigente ainda, de certa maneira, é negado reconhecimento ao trabalho e intelectualidade daquelas que galgaram, por exemplo, espaços acadêmicos, trazendo contribuições relevantes para o avanço da ciência, tecnologia, cultura e política, o que dirá daquelas outras que não tiveram os mesmos direitos e que constroem esse país com a força de

outros e diferentes trabalhos.

Intelectualidades negras e legados: Beatriz Nascimento e Marielle Franco

A história do Brasil é marcada pela opressão das populações indígena e negra, bem como pela resistência a ela com as lutas pela liberdade de mulheres e homens dessas populações. E no estudo dessa história, Beatriz Nascimento ousou, rompeu barreiras, até então intransponíveis na dita intelectualidade, majoritariamente branca, cisheteropatriarcal que teoriza sobre a história do Brasil, colocando o povo negro somente nos capítulos da escravidão e sendo visto apenas como objeto de estudo, o escravo.

Em plena ditadura militar no Brasil, que negava a desigualdade racial, reforçava a suposta e mitológica *democracia racial*, que institucionalizou a repressão, tortura e assassinatos de opositores/as do regime, que perseguiu toda e qualquer intelectualidade de esquerda, engajada organicamente, ou não, em movimentos sociais, Beatriz Nascimento, uma mulher negra, jovem, questionou a epistemologia da História na explicação do Brasil. Ela analisou e denunciou em sua época o epistemicídio, o silenciamento e apagamento das histórias e lutas do povo negro, a teoria e metodologia da História eurocentrada, a política, economia, cultura e poder público a serviço da ideologia da branquitude, a subjugação da mulher negra pelo sistema. Analisou criticamente a construção histórica, social e psicológica da mulher negra e do homem negro dentro e fora das escolas e universidades brasileiras.

Beatriz Nascimento dedicou-se ao estudo e compreensão dos quilombos, buscou olhar para aquele território como o local social, político e cultural do homem negro e da mulher negra. Dessa forma, Beatriz é pioneira na concepção do que se discute como quilombismo, apesar de ser mais referenciado o seu contemporâneo Abdias Nascimento.

Nesse sentido, a intelectualidade e a *potência* de Beatriz Nascimento, expressas de tantas formas e com variado conteúdo, podem ser vistas e ouvidas, por exemplo, no documentário de 1977, *O Negro da senzala ao Soul*, produzido pelo departamento de jornalismo da TV Cultura. Nele, Beatriz Nascimento afirma categoricamente sua interpretação da história do povo negro no Brasil e sobre a sua ressignificação dos quilombos, conforme se lê:

Beatriz: A história do Brasil, eu gostaria de dizer que uma frase do José

Honório Rodrigues, que já se tornou uma frase assim, uma afirmação assim geral, que a história do Brasil foi uma história escrita por mãos brancas, tantos negros quantos índios, tantos os povos que viveram aqui juntamente com o branco não têm a sua história escrita ainda, e isso é um problema muito sério, porque a gente frequenta universidades, frequenta escolas e não se tem uma visão correta do passado da gente, do passado do negro, então ela não foi somente omissa e foi mais terrível ainda, porque na parte que ela não foi omissa, ela negligencia fatos muito importantes e deforma muito a história do negro, quer dizer, tratando basicamente da escravidão e deixando de lado outras formas do negro viver no Brasil, como todo o processo de alforria que houve durante todos os quatro séculos de escravidão e, principalmente, com relação ao quilombo. Eu acho que, para empreender um estudo crítico a respeito da história do negro e trazer ao mesmo tempo pro negro uma perspectiva do que foi a sua história real, você tem que partir é da história deles como grupo livre, como empreendendo uma sociedade livre, mesmo que dentro dessa sociedade tenha existido escravo, mas basicamente o quilombo é homens que procuram conscientemente organizar uma sociedade para si, onde ele possa viver de acordo com o seu passado histórico africano, brasileiro, com seus hábitos, seus costumes, a sua cultura, a sua forma de ser.

Entrevistador: uma perspectiva que se tem em relação ao quilombo é que ele terminaria com a abolição, isso é correto?

Beatriz: Não, eu acho que não é correto, na medida em que dentro do meu estudo eu faço justamente o estudo sobre a organização social do quilombo, quer dizer, o quilombo, ele foi realmente reprimido, sempre, mas ele não se esgota somente na história da repressão. Como a documentação que a gente tem, quer dizer, o negro não deixou nada escrito, foi o branco quem escreveu, então até eu mesmo, até nós negros vamos ter que recorrer à documentação da polícia, das autoridades portuguesas, dos mestres de campo, esse negócio todo, que foram desde o começo basicamente da repressão. Quando você trata da história do Brasil, de uma história em geral, dentro de uma metodologia da história, você tem que fazer uma crítica muito severa a respeito desses documentos, que são documentos daqueles que reprimiram [e] que só viram aquilo que eles acharam que era negativo, entende? O quilombo tem a outra perspectiva, que, como eu disse antes, que é o estabelecimento humano, que o quilombo foi de homens que se entendiam como homens independente de ser escravos ou não.

Entrevistador: E de que forma poderia permanecer hoje essa ideia de organização do quilombo ou as condições do quilombo se manteriam hoje de que forma?

Beatriz: Se entendendo o quilombo como a história do negro, você tem que ver dentro da perspectiva da continuidade histórica que sempre existe, quer dizer, a história não pode se acabar a partir do momento em que a repressão acaba, então se se entende o quilombo como uma sociedade de negros, você não pode de repente, porque deixaram de reprimir o quilombo, livre de repressão armada, como foi nos séculos passados, que isso tenha desaparecido. Quer dizer, se os homens negros desde o século XVI se reúnem nesse tipo de organização, eles devem se reunir ainda hoje dentro desse tipo de organização e, por outro lado, na minha pesquisa também tenho visto que em relatório de polícia, principalmente,

do Rio de Janeiro, você encontra região de ex-quilombos onde ainda hoje são favelas no Rio de Janeiro. Na Bahia, também a gente encontra lugares onde foi candomblé, que foi lugar de ex-quilombo, você encontra também no Nordeste do Brasil, [no] Piauí, Maranhão, na passagem dos imigrantes nordestinos para Amazônia no século passado [...] e depois durante a época da borracha eles se localizavam na migração em lugares ex-quilombos. Isso é fundamental em termos de história do Brasil, história do negro, história do homem brasileiro mesmo, porque a gente vai ver que o negro não estava só limitado à fazenda e nem à história da escravidão (DOCUMENTÁRIO O NEGRO DA SENZALA AO SOUL, 1977).

Beatriz Nascimento muito estudou e escreveu os resultados de suas pesquisas, como se constata na publicação do ano de 1974, na Revista de Cultura Vozes, em artigos com títulos emblemáticos, a saber: 1) *Por uma história do homem negro* e 2) *Negro e racismo*. Em 25 de julho de 1976, no Jornal Última Hora, publicou o artigo intitulado *A Mulher Negra no Mercado de Trabalho*, no qual analisa o lugar histórico, social, cultural e econômico da mulher negra nas estruturas dos sistemas patriarcal e colonialista implementados no Brasil:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A 'herança escravocrata' sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados (NASCIMENTO, 2006, p. 104).

Portanto, no que tange aos pensamentos sobre a formação sócio-histórica, cultura e economia do Brasil, Beatriz Nascimento tem seu lugar com sua concepção que traz o recorte de *raça, gênero e classe*, e faz isso por meio de uma reflexão do território e sociedade brasileiros pautada nas relações e experiências de diferentes povos retirados forçadamente de seus territórios africanos e que para cá foram trazidos. Dessa maneira, é possível observar que Beatriz Nascimento, no seu tempo e espaço, já analisava o que hoje se tornou mais conhecido como *interseccionalidade*, isto é, ela problematizava e discutia a

história e trajetória do povo negro na intersecção das questões da raça, gênero e classe. Essa teoria da interseccionalidade foi bem articulada pela intelectual negra, advogada, estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, nos anos 1980.

Vale ressaltar que recentemente tal teoria foi analisada criticamente pela intelectual negra brasileira Carla Akotirene no livro de sua autoria *O que é interseccionalidade?* publicado em 2019. Nesse livro, a autora afirma o lugar da mulher negra, do feminismo negro diante das opressões cisheteropatriarcal branca e de base europeia, do racismo estrutural, do patriarcado convergente com o capitalismo, e ainda analisa como o conceito de interseccionalidade tem sido apropriado por diferentes áreas da academia.

Retomando as publicações de Beatriz Nascimento e aqui relacionando seus títulos no intuito de evidenciar a potência dos temas que abordava, destaca-se que, no ano de 1977, ela publicou na Revista IstoÉ o artigo com o título *Nossa democracia racial*. Em 1982, outro artigo com o título *Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso* foi publicado na Revista Estudos Afro-asiáticos. E no periódico Afrodiáspora, em 1985, publicou o artigo *O conceito de quilombo e a resistência cultural negra*. Em um crescente de pesquisas, análises e publicações, em 1986 publicou o artigo *Daquilo que se chama cultura*, no jornal IDE e, em 1990, *A mulher negra e o amor*, no jornal Maioria Falante.

Sobre a diversificada produção intelectual de Beatriz Nascimento, é relevante a produção do filme-documentário *Orí*, o qual teve o roteiro e a narração feitos por ela e foi produzido e dirigido por sua amiga, a socióloga Raquel Gerber. A obra foi o resultado de dez anos de trabalho e teve o seu lançamento em 1989.

Com um título simbólico e forte, *Orí*, que na cultura ioruba significa *cabeça*, é um rico material didático e pedagógico para o ensino de História, para a escrita da História, para a educação em geral do povo negro. O filme recebeu diversos prêmios, dentre eles, o Prêmio Paul Robeson no XI Festival Pan-Africano de Cinema e da Televisão de Ouagadougou e o Prêmio Costa Azul, no 5º Festival Internacional de Cinema de Tróia, Portugal (MILLARCH, 1989).

Com uma inteligência aguçada e a florada sensibilidade, Beatriz trouxe no documentário *Orí* temas fortes e potentes para a desconstrução da visão preconceituosa e racista em torno dos elementos e valores socioculturais do povo preto e de sua ancestralidade africana. Nele, Beatriz diz: “Oh paz infinita poder fazer elos de ligação numa história

fragmentada. África e América e novamente Europa e África. Angola, Jagas e os povos de Benin de onde veio minha mãe. Eu sou Atlântica!” (DOCUMENTÁRIO ORÍ, 1989).

A linguagem de Beatriz no documentário *Orí* é poética, sensível, irreverente. Ela trouxe da história e memória de um povo transatlântico, pensou a diáspora africana, afirmando a sua ancestralidade:

O que é a civilização africana e americana? É um grande transatlântico. Ela não é a civilização Atlântica, ela é transatlântica, foi transportado para a América um tipo de vida que era africana. É a transmigração de uma cultura e de uma atitude no mundo, de um continente para outro, de África para América (DOCUMENTÁRIO ORÍ, 1989).

Beatriz Nascimento, nessa obra, pensou, entre outros, o movimento negro fundado em plena ditadura militar, em 1978, pensou a mulher negra e o seu poder na relação social, econômica, política e cultural fundante do território do quilombo. Realizou uma leitura crítica dessa organização e seu legado no tempo presente, ou seja, do ponto de vista da continuidade da comunidade negra, desde o quilombo, aos espaços do Movimento Negro, do desfile das escolas de samba, da prática da religiosidade de matriz africana, da música, da dança, da produção da terra. Beatriz Nascimento coloca nessa obra as possibilidades de se refletir sobre os sentidos e significados do quilombo no Brasil, portanto sobre a memória e história do seu povo. Em determinada cena do documentário, com imagens de uma comunidade de homens e mulheres de São Paulo, em meio à mata, ao som dos atabaques, cânticos e oferenda de um ritual do Ylê Xoroquê – invocação de Caboclos, Beatriz narra:

[...] O fundamento do quilombo é a terra, o homem se identificando profundamente com a terra. Então, o Ebó é dado para a terra. Todos os elementos vivos estão na terra e vão participar daquele banquete, que é o Ebó. Quer dizer, vai ter ali vírus, vai ter ali micróbios, vai ter ali células que vão se decompor e se transformar em outras células e este é o princípio do axé, da força. Cabia às mulheres, no quilombo, o sustento dos guerreiros. Cabia às mães preparar o alimento e colocar nas florestas não só para oferecer aos seus mitos... é ... arcaicos, mas para também alimentar o fugitivo. Cabia à mulher sustentar a fuga (DOCUMENTÁRIO ORÍ, 1989).

No seu roteiro do quilombo e o da sua continuidade reconfigurada em diferentes territórios, Beatriz colocou em evidência as mulheres negras, suas potências e protagonismos, os quais estão fundados nos saberes e conhecimentos da *ancestralidade africana*. A qual, conforme Diop (2014), é fundamentada na matrilinearidade, isto é, na compreensão e no valor sociocultural de que a descendência, na organização social de um povo, grupo,

linhagem etc., é contada pela linha materna.

Contudo, é possível observar certo desconhecimento da obra e vida de Beatriz Nascimento, por exemplo, nos currículos escolares. No enfrentamento dessa realidade têm sido material de ensino importantes produções significativas que reúnem os textos de Beatriz Nascimento e podem ser referência no ensino de diferentes áreas do conhecimento. Vale ressaltar o livro de Alex Ratts (2006) que trata da trajetória de vida de Beatriz Nascimento, sistematizando e interpretando a sua obra. Nesse importante livro, ele teve o apoio de Bethania, filha de Beatriz, trazendo na segunda parte a íntegra de alguns dos textos de Nascimento. Também a União dos Coletivos Pan-Africanistas de São Paulo (UCPA), em dezembro de 2018, lançou o livro autoral *Beatriz Nascimento: intelectual e quilombola. Possibilidade nos dias de destruição*, reunindo seus textos, entrevistas, depoimentos, manuscritos. Além desses, há trabalhos acadêmicos sobre Beatriz Nascimento.

Ainda no que tange às ações de reconhecimento e homenagem a Beatriz Nascimento, vale observar que, segundo informação no site⁷ da Biblioteca do Arquivo Nacional, a instituição recebeu da filha de Beatriz Nascimento, em 1999, a doação do acervo de sua mãe e, no ano de 2017, houve por votação direta nas mídias sociais a escolha do seu nome para designar a Biblioteca, que desde então passou a ser Biblioteca Maria Beatriz Nascimento.

O empoderamento, conforme analisado em Berth (2018), das mulheres negras brasileiras refletidas nesse artigo incomodou aquelas pessoas que as assassinaram:

Vale dizer que há a importância de se *empoderar* no âmbito individual, porém é preciso que também haja um processo conjunto no âmbito coletivo. Quando falamos em empoderamento, estamos falando de um trabalho essencialmente político, ainda que perpassasse todas as áreas da formação de um indivíduo e todas as nuances que envolvem a coletividade. Do mesmo modo, quando questionamos o modelo de poder que envolve esses processos, entendemos que não é possível empoderar alguém. *Empoderamos* a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo (BERTH, 2018, p. 130, grifos da autora).

Marielle Franco, aproximadamente duas horas antes de ser executada, refletia e publicizava a sua disposição e a compreensão do seu papel como mulher, negra, bissexual, favelada, vereadora de uma das mais violentas cidades brasileiras. Naquele 14 de março,

⁷ <http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index>

ela teve um longo dia de embates políticos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à noite seguiu para um evento na *Casa das Pretas*⁸. Nesse evento Marielle Franco iniciou a sua fala por volta das 19 horas com o seguinte pensamento:

O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais e junto à sociedade civil organizada, junto a quem está fazendo pra nos fortalecer naquele... onde a gente objetivamente não se reconhece, não se encontra, não se vê. A negação é o que eles apresentam como nosso perfil, então ter a nossa casa, ter o nosso lugar, ter o nosso período, ter o nosso lugar de resistência, daí fazer esse evento no bojo das atividades do 21 dias de ativismo, que a gente sabe que a gente está ativa, está militando, está resistindo o tempo todo, mas com alguns períodos aonde a gente se fortalece na luta, bom! É, agradecer as mulheres maravilhosas que toparam estar junto e felizmente a gente se encontra né, tira foto, faz evento, faz atividade, se encontra dentro do mandato, se encontra nas lutas, é... e hoje vem bater um papo, queria abrir para gente fazer um máximo de... é... menos quadrado possível, o máximo acolhedor, pra bater um papo entre mulheres, que a gente consiga passar isso pelo nosso autocuidado, pelas nossas dores, pela nossa resistência, pelo nosso lugar, do nosso corpo que fala, da nossa cor que fala, da nossa raça que fala, do nosso gênero que fala, na síntese das mulheres pretas na Casa das Pretas [...] (FRANCO, 2018b).

Em sua fala, Marielle Franco reconhece a importância do espaço e projeto das mulheres da *Casa das Pretas* como sendo de fortalecimento, potência, acolhimento, cuidado, organização das ideias para ações com impactos concretos na vida das mulheres negras, faveladas, periféricas e que acabam reverberando para demais extensões e redes de apoio e de luta.

Marielle Franco, naquele fatídico dia e nas suas últimas horas de vida, na *Casa das Pretas*, lembrou a sua própria história, e assim tomou como ponto de referência a de tantas outras mulheres que, como Beatriz Nascimento, lutaram pelo direito de adentrarem o meio da intelectualidade brasileira:

[...] Quando eu chego na PUC em 2002 [...] a minha perspectiva vinda de um Pré-vestibular comunitário era da mulher favelada, era do pertencimento, que quem passou pela Maré sabe desse lugar do mareense, do favelado, da potência, de uma disputa, [...] que a gente chegava muito mais com aquele corpo que vai ocupar sim porque eu sou a favelada é aquele lugar do ensino de qualidade, apesar de não ser ensino público, também era meu, mas não tinha autoidentificação, e o lugar da mulher negra, favelada, essa é uma construção, daí falar da história do nosso espelho, do nosso reconhecimento junto a outra que vai se formando. Eu

⁸ Local e espaço de encontros, produção e saberes das vivências das mulheres negras. Ver: <https://benfeitoria.com/casadaspretas#:~:text=A%20Casa%20das%20Pretas%20%C3%A9,existente%20entre%20%C3%AAnero%2C%20ra%20%C3%A7a%20e>. Acesso em: 10 set. 2020.

entro no departamento de Ciências Sociais [...] já que algumas falaram das Ciências Sociais na Rural [Universidade], aonde é, a gente não tinha nem a construção dessa perspectiva do próprio movimento estudantil [...] da própria relação é com a esquerda, digamos assim clássica. Sabe assim, eu fui ter aula de Marx no meu Pré-vestibular, porque o que dava mais era Weber do que Marx, era, infelizmente, assim, era um lugar é de formação aonde a professora preta era a parecida [e] que tinha um reconhecimento, é e mesmo assim um departamento de Ciências Sociais que não se apropriou de um Guerreiro Ramos, não se apropriou de homens e mulheres negros que passaram na nossa história, então, isso não estava colocado naquele momento, então aproveitar esse boom, esse encontro para gente fazer muita luta, muita força junto [...] (FRANCO, 2018b).

Nessa fala, Marielle Franco analisa a invisibilidade, na academia, das pessoas negras, pobres, trabalhadoras, como ela dizia, da favela, como sujeitas do conhecimento e não mais apenas como objeto de estudo, assim como Beatriz Nascimento discutiu em suas obras. Historicamente essa tem sido uma das tantas lutas: pelo direito à educação inclusiva, antirracista, antiLGBTfóbica, democrática.

É válido observar que houve avanço com os governos do Partido dos Trabalhadores no acesso da população, inclusive a negra, às universidades brasileiras, porém muito ainda há o que se fazer, já que política pública de acesso à escola precisa estar embasada em uma efetiva política pelo fim do racismo. Enquanto não se enfrentar essa questão da opressão racial, a violência, o apagamento e a tentativa de silenciamento do povo preto serão práticas cotidianas de racistas em diferentes setores da sociedade, especialmente quando, nos governos da ultradireita e da direita, o país sofre diversos retrocessos históricos, políticos, culturais e sociais com as ameaças e ataques às garantias de direitos constitucionais, de instituições públicas democráticas. Como, por exemplo, tem ocorrido em alguns municípios em que a Câmara Municipal votou pela revogação e/ou impedimento do debate e materiais didáticos para o ensino da diversidade, gênero e sexualidade nas escolas, ainda que muitas dessas leis municipais tenham sido suspensas pelo Supremo Tribunal Federal, ou mesmo com as reformas trabalhista e da previdência e os ataques ideológicos e políticos às universidades públicas.

Marielle Franco, na sua dissertação de mestrado, analisou criticamente a intervenção, abuso e violência da Polícia Militar no Rio de Janeiro:

Na cidade modelo dos grandes investidores, as contradições se acirram e a população se levanta contra a retirada dos seus direitos. Na mesma medida, o poder público abre mão da legalidade para a manutenção da ordem estabelecida e acirra a violência institucional. Professores

criminalizados, centenas de manifestantes levados para delegacias em um só dia: a forma de repressão pode ser diferente, mas a polícia que assassina nas favelas é a mesma que reprime a luta por direitos. Nesse quadro, torna-se muito importante a aprovação de propostas que alterem o viés militarista do Estado e possam contribuir para superar a visão belicista ainda predominante na cultura Brasileira. Destaca-se, nesse sentido, a importância de aprovar a PEC-51, que será, com certeza, frente ao quadro atual, um avanço nas políticas de segurança em nível nacional. Unificar as polícias, desvinculá-las do exército, caminhar para desarmar a sociedade e reforçar uma visão de segurança integrada, muito superior que questões policiais, são medidas fundamentais.

É estratégico construir um 'bom senso' de que a ocupação do espaço público, a elevação da convivência com a diversidade, a garantia de cidades com mais direitos em todos os aspectos, são elementos centrais na garantia da segurança. Questões fundamentais na garantia da vida, para programas que apostam na juventude e que possam quebrar o quadro mórbido de mortes crescentes da juventude negra em todo o país. Não é o poder armado, violento e bélico do Estado que assegura bases do reforço da segurança, muito pelo contrário, só serve para ampliar a repressão e a dominação de classe. Trata-se principalmente da garantia dos direitos sociais, políticos, econômicos e humanos em todos os aspectos. A desmilitarização da polícia, ainda que não resolva todos esses desafios, é um passo fundamental para que se possa avançar rumo às mudanças tão necessárias, para o Rio de Janeiro e para todo o Brasil.

Por fim, o tema da Segurança Pública, o que inclui reformas de vários âmbitos, sobretudo a reforma policial, a qual, principalmente após as manifestações no ano de 2013, passaram a figurar na ordem do dia. Reestruturar a segurança pública a partir da desmilitarização do atual modelo policial requer decisões políticas em vários níveis. Sendo a legislação aprovada em nível federal, os estados devem organizar suas polícias em carreira única, ao passo que polícia deve ser definida como instituição de natureza civil. Há de se dispor também sobre o chamado 'ciclo completo' da atividade policial, em que as polícias dos estados, de acordo com o formato estabelecido, realizam cumulativamente todas as tarefas, desde as ostensivas e preventivas, pela Polícia Militar. E as investigativas atualmente a cargo da Polícia Civil (FRANCO, 2014, p. 121-122).

Franco (2014) escolheu como tema de pesquisa acadêmica algo desafiador, a política, o sistema, a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do estado do Rio de Janeiro nas favelas. Dessa forma, colocou em evidência contradições, poderes, violências, desigualdades raciais e sociais no acesso da população trabalhadora, preta, pobre, da favela às políticas públicas de segurança. Dessa forma, Marielle Franco questionava e provocava a seguinte reflexão: *a segurança pública é para quem?*

Marielle Franco não apenas proferia críticas contundentes ao sistema, mas também apresentava coerentemente propostas para uma outra e diferente sociedade. Sempre

atuando em prol dos seus ideais, presidiu por um ano a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em sua trajetória no legislativo apresentou diversos Projetos de Lei (PL), entre os quais se destacam: PL 0017/2017 – Espaço Coruja/Espaço Infantil Noturno; PL 0265/2017 – Lei das Casas de Parto; PL 417/2017 – Assédio não é passageiro; PL 0016/2017 – Pra Fazer Valer o Aborto Legal no Rio; PL 0072/2017 – Inclui o dia da luta contra a Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia no calendário oficial da cidade; PL 0082/2017 – Inclui o dia da visibilidade lésbica no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro; PL 0103/2017 – Inclui o dia de Thereza de Benguela e da mulher negra no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro; PL 0288/2017 – Inclui o dia municipal de luta contra o encarceramento da juventude negra no calendário oficial da cidade⁹.

No dia 2 de maio de 2018, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foram aprovados cinco Projetos de Leis de Marielle Franco, a saber: 1) Espaço Coruja (PL 17/2017); 2) Assédio não é passageiro (PL 417/2017); 3) Dossiê Mulher Carioca (PL 555/2017); 4) Efetivação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PL 515/17) e 5) Dia de Thereza de Benguela no Dia da Mulher Negra (PL 103/2017). Naquela sessão também foi aprovado um projeto de seis vereadoras que nomeia de Marielle Franco a tribuna da Câmara Municipal (MAYRINK, 2018).

Como se constata, a vereadora Marielle Franco era ativa em seu trabalho. Duas semanas antes de ser executada tornou-se relatora da comissão de vereadores responsável por monitorar a intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro. No dia 20 de fevereiro de 2018, na tribuna da Câmara, fez uma fala potente:

Eu vivi na Maré [favela do Complexo da Maré] a intervenção militar 14 meses. Os favelados e faveladas sabem exatamente o que que é o barulho do tanque na sua porta, muitos de nós não, e talvez, por isso, como de costume, mas o fundamental é que ecoa nas redes sociais e ecoa em outros espaços, fica esse burburinho. Por que aonde vai ser realmente a intervenção, quem sabe aonde a ponta do fuzil vai ser apontado? Essa história do mandado coletivo, por exemplo, indiscriminado, que está sendo discutido no judiciário, a própria defensoria pública, aí, me desculpe, não é o que vocês chamam de partido de esquerda, fazendo de maneira pejorativa referência ao PSOL. Sim, o PSOL é contra, mas a defensoria pública é contra, o ministério público é contra, vários órgãos, porque, afinal de contas, quem vai vigiar? A quem vai prestar conta, por exemplo, o tão ilibado Exército brasileiro com relação as suas intervenções militares nas favelas? Porque na Maré durou mais de 14 meses, custou mais de 600

⁹Esses projetos podem ser acessados no site *Eu sou porque nós somos*. Ver: <https://www.marielle-franco.com.br/projetos-de-lei-marielle-rio>. Acesso em: 12 de set. 2020.

milhões [...] 1.7 milhões por dia, 51 milhões por mês e esse resultado final com mais de 600 milhões, sem contar a vida das pessoas, o Matheus, hoje a família do Vitor com ele na cadeira de rodas. As mortes que existiram a quem é prestado conta? A que custo é esse debate da intervenção? [...] Então, eu quero saber se vocês não têm, se ninguém se questiona a palavra oficial do Exército no informe no dia de ontem, fala, na verdade desculpa, no dia 16, 'o comandante do Exército em face da gravidade entende que a solução exigirá comprometimento'. Até aí tudo bem, comprometimento temos de várias formas, cada um com o seu processo ideológico com a sua responsabilidade, 'sinergia, sacrifícios dos poderes constitucionais'. Eu quero saber se os legisladores dessa casa, do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, os deputados estaduais estão tranquilos com a retirada de direitos. Que processo democrático é esse? 'Sacrifícios dos poderes constitucionais, das instituições e eventualmente da população', ora, eu quero saber quem vigia os vigias, eu quero saber qual a responsabilidade dos legisladores e que não estão atentando para a gravidade do momento que se fala na intervenção federal, na intervenção militar. Mas a gente não passou agora por um problema que deveria ter tido uma intervenção direta nessa situação na cidade do Rio de Janeiro com a última chuva da quinta-feira? A situação de calamidade, onde se apresenta que no último ano, por exemplo, não ocorreu a prevenção do que deveria ser feito. Eu prefiro ficar com o processo democrático, no qual as nossas diferenças estão colocadas, mas o processo de liberdade e coerência se mantém, do que uma autocracia e o lugar que será destinado e orientado por outro governador que não o governador eleito [...] (FRANCO, 2018a).

Marielle Franco enfrentou, dentro e fora do legislativo, as forças dominantes do sistema. Questionou as violências, os altíssimos gastos e a ineficácia do tipo de atuação do Estado nos territórios das favelas. Conhecia bem o preço pago pelos/as moradores/as desses lugares com essa prática política do Estado, com vidas ceifadas, famílias inteiras marcadas pelas sequelas físicas e psicológicas dessa prática.

Considerações finais

Neste artigo, busquei a aproximação das trajetórias de vida de Marielle Franco e Beatriz Nascimento, pois são vidas marcadas pela violência de seus assassinatos por pessoas que representam um sistema patriarcal convergente com o capitalismo, o qual tenta anular ou impedir pessoas com valores éticos, morais, culturais, sociais, sexuais, políticos e econômicos diferentes do que ele impõe de se posicionarem efetivamente, porque elas movem estruturas erguidas para manter os privilégios da branquitude, da classe rica e do

cisheteropatriarcado. Bem como suas vidas se aproximam pelas pautas de lutas políticas e sociais em comum, norteadas pela justiça, pelos direitos humanos.

Beatriz Nascimento deixou registradas na história e memória resistências para a geração de Marielle Franco, que fez o mesmo para a sua e futuras gerações. A invisibilidade do homicídio, do feminicídio de uma mulher negra como o foi, de certa maneira, apesar de julgado e condenado seu assassino, no caso de Beatriz Nascimento, torna-se mais difícil a cada década em uma sociedade da qual uma parte não aceita mais nem se cala diante das práticas, por exemplo, de misoginia e racismo. Sobretudo, na perspectiva da *dororidade*, conforme analisa Vilma Piedade (2017), ou seja, a empatia, o reconhecimento e a ligação das mulheres negras pela dor comum advinda do racismo, e que se transforma em potência para o embate. Assim, as forças políticas, sociais e de lutas pelas mesmas pautas dessas mulheres seguem mantendo presentes a memória e a história de Marielle Franco e a busca de justiça para os crimes contra ela e Anderson Gomes.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais, Selo Sueli Carneiro).

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO PJERJ. **Acusados de matar Marielle têm bens bloqueados e vão para presídio federal**. 15 mar. 2019. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6248471>. Acesso em: 09 set. 2020.

BERTH, Joice. **O que é Empoderamento?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. Lei nº. 7.210, de 11 julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília. 13 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Lei 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Brasília. 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acesso em: 10 set. 2020.

CANÔNICO, Marco Aurélio. Da Maré, vereadora fazia parte do 'bonde de intelectuais da favela'. **Folha de São Paulo**, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/>. Acesso em: 12 set. 2020.

CARNEIRO, Júlia Dias. Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de 'cria da Maré' a símbolo de novas lutas políticas no Rio. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2018a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43423055>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. 'Não queremos colocar Marielle em um pedestal', diz irmã. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mar. 2018b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43479248>. Acesso em: 12 set. 2020.

CRUZ, Eliana. Desde as chacinhas da Candelária e Vigário Geral, mais de meio milhão de jovens foram assassinados. **The Intercept Brasil**, 23 jul. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/07/23/chacinhas-jovens-candelaria-vigario/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CRUZ, Maria Teresa. Marielle, sobrenome favela. **Ponte Jornalismo**. Rio de Janeiro, 24 mar. 2018. Disponível em: <https://ponte.org/marielle-sobrenome-favela/>. Acesso em: 12 set. 2020.

CULTNE DOC BEATRIZ NASCIMENTO - 1987. Produtora: Cor da Pele. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=16NQrmxnSs>. Trecho na epígrafe foi transcrito pela autora deste artigo. Acesso em: 19 ago. 2020.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África Negra**: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Angola: Edições Mulemba, Portugal: Edições Pedagogo, 2014.

DOLZAN, Marcio. Arma utilizada para matar Marielle e Anderson foi uma submetralhadora. **O Estado de São Paulo**, 12 maio, 2018. Disponível em: <https://brasil.estado.com.br/noticias>. Acesso em: 01 set. 2020.

FILHO, Francisco Alves. 'Marielle fez de mim um feminista', diz pai de vereadora. **O Dia**. 01 abr. 2018. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/03/5527241-licoes-de-filha-para-pai.html#foto=1>. Acesso em: 01 set. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Assassino de historiadora pega 17 anos**. São Paulo, 20 abr. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

FRANCO, Marielle. **UPP - A REDUÇÃO DA FAVELA A TRÊS LETRAS**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Dissertação em (Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2166>. Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Fala contra a intervenção federal no Rio.** Vídeo postado no Facebook. 20 fev. 2018a. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL>. Trecho citado transcrito pela autora deste artigo. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. **Roda de Conversa Mulheres Negras Movendo Estruturas.** Encontro na Casa das Pretas. Rio de Janeiro, 14 mar. 2018b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c66reiUsSbo>. Trechos citados transcritos pela autora deste artigo. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Projeto Vereadores que Queremos.** Produção: Mídia Ninja e Rede Livre, 2016. Disponível em: <http://vereadoresquequeremos.redelivre.org.br/>. Trecho citado transcrito pela autora deste artigo. Acesso em: 12 set. 2020.

G1. **Jardim em homenagem a Marielle Franco é inaugurado em Paris.** G1, São Paulo, 21 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/21/>. Acesso em: 05 set. 2020.

GRAMADO, Paulo. **Professora pode ter sido morta por racismo.** Folha de São Paulo – Cotidiano, São Paulo, 31 jan. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp>. Acesso em: 21 ago. 2020.

IPEA. **Atlas da Violência 2020.** Governo Federal, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/>. Acesso em: 12 set. 2020.

MAYRINK, Priscilla. Cinco Projetos de Marielle Franco Aprovados na Câmara Municipal do Rio. **RioOnWatch.** 04 maio 2018. Disponível em: <https://rio-onwatch.org.br/?p=32750>. Acesso em: 22 set. 2020.

MILLARCH, Aramis. "Orí", um filme para fazer a cabeça de públicos especiais. **Tabloide Digital.** Publicação original 05 out. 1989. Disponível em: <http://millarch.com.br/artigo/ori-um-filme-para-fazer-cabeca-de-publicos-especiais>. Acesso em: 15 set. 2020.

MPRJ. MPRJ e Polícia Civil prendem acusados dos assassinatos de Marielle e Anderson. **MPRJ - Ministério Público do Rio de Janeiro,** 12 mar. 2019. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/81011>. Acesso em: 14 set. 2020.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. A Mulher negra no mercado de trabalho. *In:* RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006. p. 102-106.

_____. Por uma história do homem negro. *In:* RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006. p. 93-98.

_____. Negro e racismo. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006. p. 98-102.

_____. Nossa democracia racial. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006. p. 106-107.

_____. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006. p. 109-115.

_____. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006. p. 117-125.

_____. Daquilo que se chama cultura. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006. p. 125-126.

_____. A mulher negra e o amor. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006. p. 126-129.

_____. **Beatriz Nascimento**: intelectual e quilombola. Possibilidade nos dias de destruição. São Paulo: Diáspora Africana. Editora Filhos da África, 2018.

_____. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. 1981. *In*: _____. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Diáspora Africana. Editora filhos da África, 2018.

O NEGRO DA SENZALA AO SOUL. Realização: Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>. Trecho citado foi transcrito pela autora deste artigo. Acesso em: 12 ago. 2020.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Produção: Agra Filmes e Fundação do Cinema Brasileiro, São Paulo, Brasil, 1989. Trechos citados foram transcritos pela autora deste artigo. (Drive Google).

PIEADADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PIMENTEL, Raul. Nascida na Maré e formada na PUC - Rio, Marielle Franco é a 5ª vereadora mais bem votada. **Jornal da PUC**. 21 out. 2016. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/>. Acesso em: 02 set. 2020.

RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SEMENTES: mulheres pretas no poder. Direção: Éthel Oliveira e Júlia Mariano. Produtora:

Embaúba Filmes, Brasil, 2020. Disponível em: <https://embaubafilmes.com.br/>. Acesso em: 08 set. 2020.

SOBRAL, Isabel; MARTINS, Juliana. As vidas das mulheres negras importam. **Jornal G1**, 16 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/>. Acesso em: 17 set. 2020.

STABILE, Arthur. Justiça do RJ aceita denúncia e acusados de matar Marielle Franco se tornam réus. **Ponte Jornalismo**, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/justica-do-rj>. Acesso em: 09 set. 2020.

STRUCK, Jean-Philp. Arma que matou Marielle tem rastro obscuro até a Alemanha. **DW Notícias Brasil**. 16 maio, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/arma>. Acesso em: 10 set. 2020.

TORRES, Sergio. Acusado de matar professora é preso no Rio. **Folha de São Paulo - Cotidiano**, São Paulo, 09 fev. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/09/cotidiano/13.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.